

TESES E DISSERTAÇÕES

Programa de Pós-Graduação em Educação da FE-UFG

TESES

TÍTULO: MATEMÁTICA INCLUSIVA? O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE

AUTOR: Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira

ORIENTADORA: Dra. Dulce Barros de Almeida

DEFENDIDA EM: 20/09/2010

RESUMO: O presente trabalho insere-se na linha de pesquisa *Formação e Profissionalização Docente*, do PPGE-FE-UFG, e foi desenvolvido com o propósito de compreender a complexidade do processo ensino-aprendizagem de matemática na perspectiva inclusiva, concebida na diversidade. Para tanto, busca-se analisar as relações existentes entre inclusão, matemática e educação matemática, tendo como parâmetro o histórico da matemática e a sua escolarização a fim de desvelar os (des) caminhos, perspectivas, ações, conceitos e concepções. Tendo por objetivo o desenvolvimento de um estudo que contemple, de forma efetiva, a transformação da ação e do discurso na realidade vivenciada no processo ensino-aprendizagem de matemática, desenvolve-se uma pesquisa em uma escola da rede estadual de educação da capital goiana, com base empírica e estudos bibliográficos e documentais. A escola campo, vinculada à Secretaria de Estado e Educação de Goiás (SEE), atende às exigências do estudo, por apresentar uma *démarche* demasiadamente complexa. Para a compreensão das múltiplas relações existentes entre a educação matemática e o processo de exclusão, busca-se na SEE analisar as políticas, programas e concepções, bem como sua estrutura, organização e funcionamento. Munidos de informações e sedentos pela investigação, adentra-se à escola campo para a realização de uma pesquisa-ação, dentro dos pressupostos da pesquisa-ação integral e sistêmica proposta por André Morin, delineada sob cinco princípios de análise – o contrato; a participação; a mudança; o discurso; e a ação – e organizada em quatro processos – o planejamento; a observação silenciosa; o planejamento para a ação; e a ação planejada –, tomando como referência o ambiente interno e externo à sala de aula. Apresentam-se, de forma analítica, os resultados das ações desenvolvidas e conclui-se que é possível conceber uma matemática transformadora que possa contribuir,

efetivamente, para o desenvolvimento sociocultural dos educandos. Essa matemática transformadora exige tanto do educador e escola quanto do sistema educacional uma postura inclusiva que contemple a todos, sem exceção, tomando a inclusão em suas múltiplas dimensões: histórica, conceitual e conceptiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Matemática. Ensino-aprendizagem. Inclusão. diversidade.



TÍTULO: EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA NO BRASIL: O CASO DA UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS.

AUTORA: Maria Zoreide Britto Maia

ORIENTADOR: Dr. João Ferreira de Oliveira

DEFENDIDA EM: 25/03/2011

RESUMO: Esta tese, vinculada à linha de pesquisa *Estado e Políticas Educacionais* do PPGE-FE-UFG, analisa o processo de expansão da educação superior no Brasil, por meio da Educação a Distância (EaD), nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), tendo em vista compreender, em especial, o caso da Universidade do Tocantins (Unitins), que empreendeu, nos anos 2000, um conjunto de ações e estratégias que configuraram um acelerado processo de expansão de cursos de graduação e de especialização a distância. Tendo por base a análise de programas, projetos, ações do governo federal, a pesquisa evidencia que o Estado brasileiro vem institucionalizando e expandindo a EaD de forma acelerada. Destacam-se, nesse processo, as políticas implantadas, por meio da Secretaria de Educação a Distância do MEC, que consubstanciam mudanças significativas nas concepções de educação a distância, democratização do acesso, regulação, avaliação, supervisão e qualidade da oferta. Tendo por base essa compreensão, especialmente das políticas implantadas no período de 1995 a 2010, optou-se pela realização do *estudo de caso* da Unitins, uma vez que essa instituição constituiu-se num *caso exemplar* de expansão acelerada de cursos de graduação, por meio da EaD. Tal estudo implicou analisar os complexos e dinâmicos processos de reestruturação, pelos quais passou essa universidade, considerando sua trajetória acadêmico-institucional, destacando-se, em especial, três momentos: o credenciamento para atuar na EaD em 2004, a expansão acelerada que permitiu chegar a mais de cem mil alunos; e por fim o descredenciamento efetuado pelo MEC em 2009. A investigação buscou, ainda, compreender a interdependência e a inter-relação da Unitins com as políticas educacionais, sobretudo de educação superior, no contexto de reestruturação e de ajustes do Estado, face às transformações produtivas do capitalismo globalizado. Para entender esse processo, foi necessário recorrer a estudos produzidos sobre as políticas e regulação da educação superior no Brasil (ADRIÃO, PERONI, 2005; BITTAR, OLIVEIRA e MOROSINI, 2008; CUNHA, 2003; LIMA, 2007a; MINTO, 2006; NEVES, 2004; OTRANTO, 2005; SGUISSARDI, 2000; SILVA JR., 2002; SIQUEIRA, NEVES, 2006, dentre outros), além

de dialogar mais especificamente com estudos críticos sobre EaD (BARROSO, 2005; BELLONI, 2002, 2003; DOURADO, 2002, 2008; FRAGALE FILHO, 2003; JARDILINO e BRZEZINSKI, 2008; LITTO, FORMIGA, 2009; LOBO NETO, 2000; MOORE, KEARSLEY, 2007; OLIVEIRA, 2008; PRADO, ROSA, 2008; SEGENREICH, 2006b). Além disso, foram examinados documentos produzidos pelo governo brasileiro e tocantinense, teses e dissertações do Portal Domínio Público da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), artigos científicos disponibilizados no Scientific Electronic Library Online (SciELO), matérias publicadas em jornais locais e no *site* da Unitins, além de entrevistas com informantes críticos que discutem o caso da Unitins. A pesquisa mostra que, no contexto de reestruturação da educação superior, o governo federal elegeu a EaD como um dos mecanismos para promover a expansão desse nível de ensino, tanto para a formação de professores, como para a expansão das matrículas do ensino superior em geral, enfatizando sua importância para a democratização do acesso. Essa expansão da educação superior por meio da EaD se deu, no entanto, de forma acelerada e desordenada, como evidencia o caso da Unitins, que acabou por levar o próprio MEC a descredenciá-la em agosto de 2009, em razão de irregularidades nessa oferta. A investigação aponta, portanto, para a necessidade de maior avaliação, regulação e supervisão das instituições e dos cursos, tendo em vista assegurar padrões aceitáveis de qualidade acadêmica na oferta de cursos de graduação e de pós-graduação nessa modalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior a distância. Expansão e democratização do acesso. Qualidade. Regulação.



TÍTULO: A UNIVERSIDADE COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL DE FORMAÇÃO E COMO ORGANIZAÇÃO ADMINISTRADA: CONFRONTO DE SENTIDOS NAS REFORMAS ACADÊMICAS DO ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS ENTRE 1983 E 2002.

AUTORA: Anegleyce Teodoro Rodrigues

ORIENTADOR: Dr. Ildeu Moreira Coêlho

DEFENDIDA EM: 15/04/2011

RESUMO: Este trabalho da linha de pesquisa, Cultura e Processos Educacionais, interroga o sentido e a finalidade das reformas acadêmicas do ensino de graduação da Universidade Federal de Goiás, realizadas a partir de 1982 e de 2002, respectivamente. Trata-se de uma pesquisa teórica de caráter histórico e filosófico que se fundamenta no estudo dos documentos e textos publicados sobre o tema. O exercício da reflexão sobre as principais idéias, proposições e argumentações tem a intenção de compreender as contradições e relações entre as reformas do ensino de graduação da UFG e as transformações históricas, o contexto social, político e econômico no qual elas se

inserem, bem como o nascimento da universidade que se constituiu na Idade Média como instituição social de formação humana. Com o advento da Modernidade, da sociedade capitalista, do ideário liberal e neoliberal, com a ascensão e o poder da ciência, da tecnologia e da pesquisa, a universidade é reestruturada e caminha na lógica do funcional, do operacional e do organizacional, assumindo-se como organização administrada nos moldes da gestão empresarial. O estudo teórico pensa a origem e o sentido da universidade brasileira como instituição e seu processo de racionalização modernizadora que se iniciou oficialmente com a Reforma Universitária de 1968, cujas referências foram os princípios de burocracia, produtividade, eficácia e flexibilidade, seguindo o modelo administrativo das universidades e empresas norte-americanas. A pesquisa documental sobre a reforma acadêmica do ensino de graduação de 1983 mostra que, desde sua criação em 1960, a UFG adere aos princípios dessa Reforma Universitária; contextualiza a UFG na década de 1980 e chega à conclusão que ao estabelecer a crítica ao sistema de créditos e instaurar o seriado anual, a reforma de 1983 teve como finalidade a busca do sentido de universidade como instituição social de formação e o exercício de sua autonomia. A discussão das reformas neoliberais e da universidade operacional da década de 1990 apresenta o contexto da reforma do ensino de graduação da UFG de 2002, em que o regime de matrícula por disciplina e a semestralidade das atividades acadêmicas foram retomados. Por fim questiona a proximidade da reforma de 2002 aos princípios da Reforma Universitária de 1968 e ao sentido de universidade como organização administrada para a profissionalização e para o desenvolvimento da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Reformas. Ensino de graduação. Instituição. Organização.



TÍTULO: DO SILÊNCIO AO PROTAGONISMO: POR UMA LEITURA CRÍTICA DAS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E CRIANÇA.

AUTOR: Romilson Martins siqueira

ORIENTADORA: Dra. Anita Cristina Azevedo Resende

DEFENDIDA EM: 15/04/2011

RESUMO: O presente trabalho, inscrito na linha de pesquisa *Cultura e Processos Educativos*, objetivou estudar as concepções de infância e de criança presentes contemporaneamente nos campos da Educação e da Psicologia. Essa investigação se estabeleceu a partir do tensionamento dos campos teóricos que advogam a autoridade de postular aquilo que se compreende por infância e criança. A partir da produção de grupos cadastrados no Diretório de Pesquisa do CNPq foram analisados 151 trabalhos, dentre estes: 27 livros, 70 capítulos de livros e 54 artigos. Este quantitativo representou a produção teórica de 10 grupos de pesquisa sobre infância e criança em diferentes regiões brasileiras. A abordagem materialista dialética e os fundamentos da teoria crítica constituíram a base de análise desse trabalho a partir das contribuições

e reflexões da Psicologia Social Crítica. Os resultados do estudo indicaram que, a partir da segunda metade do século XX, aquilo que constituiu a história da infância e da criança brasileira e, conseqüentemente, a formulação de suas concepções, foi sintetizado e recortado, predominantemente pelo recorte do aparato jurídico-legal. Ou seja, a nomeação da infância e da criança foi afirmada por uma certa “força da lei” como determinante destas concepções. Da *concepção de menor* à *concepção de sujeito de direito* as crianças foram enquadradas no imperativo da lei. Da mesma forma, uma certa noção de “infância como construção social ou histórico-cultural” foi propagada sem considerar a tensão dialética que perpassa temas como classe, desenvolvimento natural-social e a infância como tempo da vida. Desse processo investigativo é possível indicar as tendências predominantes como a ausência do tema da subjetividade, a presença de riscos quem envolvem reducionismos, a presença do recorte da identidade pelo Direito, a presença de uma epifania da criança na exacerbação do protagonismo infantil, a ausência da tensão entre natural-biológico e social-histórico e a ausência do debate sobre o desenvolvimento da criança. Portanto, considera-se que, sem a apreensão daquilo que se entende por infância e criança no campo da relação entre lógico-histórico e das condições concretas e objetivas que produzem os padrões de sociabilidade, a infância, a criança e a subjetividade continuam como noções abstratas.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Criança. Concepções. Direito.



TÍTULO: ESCRITA, REPETIÇÃO E ELABORAÇÃO

AUTORA: Maria Alice de Sousa Carvalho

ORIENTADOR: Dr. Cristovão Giovanni Burgarelli

DEFENDIDA EM: 02/06/2011

RESUMO: Esta tese vincula-se à linha de pesquisa *Fundamentos dos Processos Educativos*, do PPGE-FE-UFG. Recorrendo à psicanálise, que, desde os estudos iniciais de Sigmund Freud, busca construir referências para estabelecer, a partir da prática analítica, uma teoria do sujeito, ela se propõe a pensar o advento desse sujeito como efeito do significante. Para se desenvolver tal elaboração, foi necessária uma articulação entre encadeamento significativo e investimento pulsional, isto é, entre corpo e linguagem. As atividades das crianças, como jogos, brincadeiras e aprendizagens, como a da língua escrita, não são apenas lúdicas, imitativas e/ou conhecimentos a serem adquiridos, mas dizem respeito ao sujeito, sempre às voltas com o impasse estrutural de sua constituição. Assim, esta tese tem por objetivo discutir a respeito dessa incidência, exatamente para reconhecer os efeitos dessa trama na aquisição da escrita, sobretudo na escola. O estudo apresenta, inicialmente, os pressupostos teóricos sobre a estruturação do sujeito. Em seguida, discute a temática da repetição e da elaboração, retomando a perspectiva tanto de Freud quanto de Lacan, que serviram

de fundamento para as análises da escrita infantil. Nas questões metodológicas, a tese lança mão de dados da pesquisa em andamento *Em torno da letra: escrita, leitura e transmissão*, além de exemplos observados na prática de alfabetização, desenvolvida no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, da Universidade Federal de Goiás (Cepae/UFG). Recorre também a filmes que, embora não abordem especificamente a escrita nem seu processo de aquisição, apresentam algumas passagens que permitem estabelecer relações com essa temática. Na parte final, as considerações indicam que, à medida que uma criança escreve, com traços não identificados, letras diversas e letras de seu nome próprio, por exemplo, delineia-se um processo de subjetivação de marcas inconscientes. Por isso, pode-se reconhecer no processo de aquisição da língua escrita uma perspectiva de elaboração.

PALAVRAS-CHAVE: Aquisição. Escrita. Repetição. Elaboração.



TÍTULO: A POLÍTICA DE FUNDOS CONSTITUCIONAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: ORIGENS, CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS

AUTOR: Wellington Ferreira de Jesus

ORIENTADORA: Dr. Luiz Fernandes Dourado

DEFENDIDA EM: 07/06/2011

RESUMO: O presente estudo integra a linha de pesquisa *Estado e Políticas Educacionais* do PPG E FE-UFG e objetiva analisar as origens históricas, o contexto, a relevância, bem como as contradições, limitações e possibilidades da vinculação, sobretudo da política de fundos, também denominada subvinculações de verbas, no contexto do financiamento da educação básica. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa histórica em fontes documentais, tais como: os diários e anais das assembleias constituintes diários do Congresso Nacional, Diário Oficial da União, constituições brasileiras e outros documentos oficiais; jornais de circulação nacional e regional; sítios da rede mundial de computadores, entre outros. Também realizou-se uma resenha da literatura, cujo objetivo era contextualizar a vinculação e as subvinculações, situando-as no contexto de um movimento pendular, consolidadas durante o Estado democrático de direito e suprimidas nos regimes de exceção. Tendo por referência a teoria de Antonio Gramsci, discutiu-se o papel da vinculação e da política de fundos constitucionais à educação, na perspectiva de um outro ordenamento nas políticas de financiamento da educação no Brasil. Verificou-se que a política de fundos constitucionais representa, entre outros aspectos, um mecanismo que possibilita integralização da gestão, de projetos, de políticas e, sobretudo, da participação da sociedade no controle, acompanhamento e fiscalização das verbas alocadas ao setor educacional. Neste sentido, contextualizou-se e discutiu-se o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), experiências concretas de desenvolvimento das subvinculações. Verificou-se, em

relação ao Fundef, criado em 1997 na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, a dimensão da focalização política, limitada pelas reformas e pelos ajustes estruturais que, no contexto do neoliberalismo, privilegiou o ensino fundamental. No Fundeb, criado em 2007 na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, observou-se um acréscimo no escopo da população escolar atendida, ampliando a destinação à educação básica. No entanto, constatou-se que, quanto aos aspectos fundamentais – como a complementação da União, o valor aluno/ano, a valorização do magistério, entre outros – ambos os fundos se revelam inferiores às reais necessidades do setor educacional. Constatou-se um processo de ampliação das matrículas e uma definição do papel dos governos subnacionais. Entretanto, em função da não regulamentação do regime de colaboração, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, permanece, entre os entes federativos, a sobrecarga nos municípios brasileiros. As contradições existentes no Fundef e no Fundeb foram objeto de estudos e da elaboração de relatórios, pesquisas, análises de impacto, debates e leis aprovadas pelo Poder Legislativo. Ao final do trabalho, considera-se que a existência de um efetivo regime de colaboração; o estabelecimento do custo-aluno-qualidade; a participação da sociedade nos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social; a presença da representação do Ministério Público, bem como a efetiva valorização do magistério, poderão resultar em um avanço na dinâmica do financiamento da educação no Brasil. Desse modo, contribuirão de forma significativa para superar as desigualdades e garantir a materialidade do direito à educação pública e gratuita como um direito social.

PALAVRAS-CHAVE: Financiamento da educação básica. Vinculação de verbas. Subvinculação. Fundos constitucionais. Fundef. Fundeb.

DISSERTAÇÕES

TÍTULO: PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL DO MAGISTÉRIO: CONFLITOS E LIMITES DE SUA IMPLANTAÇÃO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE GOIÁS

AUTOR: Jarbas de Paula Machado

ORIENTADOR: Dr. Nelson Cardoso Amaral

DEFENDIDA EM: 20/12/2010

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar a implantação do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério (PSPN) na rede pública estadual de Goiás, destacando os conflitos e os limites que permeiam o campo de estudo. Preocupa-se em descrever o itinerário do PSPN, da Constituição Federal de 1988 até a aprovação da *Lei do Piso* (Lei nº 11.738/2008), e analisar empiricamente sua implantação na rede pública estadual de Goiás no ano de 2009, estabelecendo relação com os exercícios financeiros de 2008 e 2010. As questões norteadoras do estudo contemplam, dentre outros pontos, a análise da Lei do Piso e sua relação com outras normas

legais e suficiência financeira para implantação. O estudo revelou como conflito a forma como a legislação é interpretada com destaque para o mecanismo utilizado pelo governo de Goiás para *cumprir* a Lei: fragmentar a implantação do Piso em dezessete parcelas mensais e posteriormente atualizá-lo n'outra etapa de quatro parcelas. Outro conflito refere-se ao valor do Piso: para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), o PSPN em 2010 deveria ser de R\$ 1.312,00 enquanto que para o governo do estado, tendo como referência a interpretação da Advocacia Geral da União (AGU), o valor do Piso corresponde a R\$ 1.024,00. A insuficiência financeira, a inserção no Plano de Carreira vigente, a forma como as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) são tratadas, a baixa proporção alunos/professor na rede e a concorrência das políticas de ampliação do tempo escolar do aluno são fatores limitadores da implantação do PSPN em Goiás. Como o governo de Goiás não cumpriu rigorosamente o parcelamento estabelecido, o vencimento inicial pago em novembro de 2010 foi de R\$ 1.006,25, mesmo assim representando um crescimento de 40,6% em relação a fevereiro de 2009; desprezando a inflação do período, pode-se aferir um aumento real superior a 30%. Por ser recente, não foi possível verificar se a implantação do Piso teve os efeitos desejados pelos pesquisadores que defendem essa política de valorização salarial do magistério, entre os quais consta: atrair e manter bons candidatos à docência e combater a multijornada e o subemprego.

PALAVRAS-CHAVE: Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério. Valorização Salarial Docente. Financiamento.



TÍTULO: EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE NO BRASIL E NO TIMOR-LESTE

AUTOR: Manuel Ferreira

ORIENTADOR: Dr. Valter Soares Guimarães

DEFENDIDA EM: 18/02/2011

RESUMO: Este estudo, que se vincula à linha de pesquisa *Formação e Profissionalização Docente*, tem por objetivo abordar as perspectivas em que são discutidas a formação e a profissionalização docente, tendo como base, principalmente, os escritos de Guimarães (2004, 2006), Tardif (2002), Charlot (2005), Contreras (2002), Cunha (1999), Lüdke (2008), Nóvoa (1995, 1999), entre outros. São abordados os aspectos básicos da formação docente e as perspectivas de profissionalização docente, caracterizadas como: (1) Sociologia das profissões; (2) Discurso oficial; (3) Sócio-história; e (4) Especificidade da profissão docente. A partir desses aspectos básicos e perspectivas, procura-se identificar sob quais aspectos o processo e o estágio de formação e profissionalização do professorado brasileiro podem inspirar a constituição na educação, formação e profissionalização docente do Timor-Leste. A perspectiva

metodológica deste trabalho é a pesquisa bibliográfica e a perspectiva metódica é a do materialismo histórico-dialético. Sob estas óticas metódicas, procurou-se fazer uma análise sistemática da literatura nacional e estrangeira (inclusive documentos dos discursos oficiais), divulgada no Brasil sobre o tema, procurando compreender a formação e a profissionalização docente no seu contexto histórico, buscando associá-las às outras profissões, compreendendo-as na sua especificidade e associando-as à realidade da formação docente brasileira e timorense. O resultado deste estudo revela que as discussões sobre formação e profissionalização nos últimos anos no Brasil tiveram maior ênfase nas políticas educacionais, submetendo o processo educacional aos interesses e ideários políticos e econômicos. Como consequência desses interesses, desvinculou-se a educação de seus objetivos principais, contribuindo para sua desqualificação e para a vulnerabilidade dos docentes. O movimento para ressignificar a profissão surgiu, principalmente, por meio do contexto acadêmico, dando importância à valorização da construção de conhecimentos e à formação dos profissionais, o que envolve a redefinição da profissão do professor, sob a perspectiva de sua especificidade, chamando a atenção para a necessidade de melhoria do seu estatuto profissional. No âmbito destas discussões, procurou-se identificar contribuições dessas perspectivas teóricas que podem inspirar a educação, formação e a profissionalização docente no Timor-Leste.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Formação docente. profissionalização docente. Professores do Timor-Leste.



TÍTULO: A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL EM GOIÁS: TRANÇAS DESENCADEADAS COM O PROEJA
AUTOR: Lênin Tomazett Garcia
ORIENTADORA: Dra. Maria Margarida Machado
DEFENDIDA EM: 03/03/2011

RESUMO: Este trabalho investiga a implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) na rede estadual de Goiás. Possui como baliza o enfrentamento clássico no âmbito das políticas educacionais: a implantação de um programa federal na rede estadual de ensino. Problematisa as tensões entre ruptura e continuidade desenvolvidas a partir das trilhas que o Proeja ilumina e busca deslindar os sentidos desse programa para o estado de Goiás, mormente destacado pela luta para garantir o acesso à educação como um direito social substantivo. Utiliza como recursos metodológicos a análise bibliográfica e documental, bem como entrevistas semiestruturadas com profissionais envolvidos na implantação do programa. O suporte teórico que embasa a análise do objeto estudado é o materialismo histórico-dialético, com o esforço de identificar os aspectos contraditórios da proposição de

uma política pública no âmbito de uma materialidade econômica, pautada pela manutenção do não acesso à educação para todos. A análise revelou uma tensão entre implantação e realização do programa. As ações normativas e legais são cumpridas, mas o programa não se realiza efetivamente. O processo que essa determinação engendra repõe a problematização sobre a funcionalidade do Proeja como uma das formas de resolução dos conflitos e das desigualdades sociais. Essa funcionalidade é o limite do próprio programa e demarca o seu caráter defensivo ante a contradição fundamental do capital, que organiza o nosso atual sistema de metabolismo social.

PALAVRAS-CHAVE: Proeja. Educação de adultos como direito social. Caráter “defensivo” do Proeja. Proeja e desigualdades sociais.



TÍTULO: DIMENSÃO DE LETRAMENTO NA PROPOSTA CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ESTADO DE GOIÁS: REFLEXOS NA PRÁTICA DOCENTE E NA FORMAÇÃO DO ALUNO

AUTORA: Cleonice Maria Cruz de Oliveira

ORIENTADORA: Dra. Eliana Gabriel Aires

DEFENDIDA EM: 14/06/2011

RESUMO: Este trabalho vincula-se à linha de pesquisa *Formação e Profissionalização Docente* do PPGE FE-UFG Surgiu do interesse em compreender o letramento que emerge das diretrizes pedagógicas da Secretaria de Estado da Educação de Goiás. O objetivo geral é analisar a dimensão de letramento explícito e implícito nas Matrizes Curriculares de Língua Portuguesa do 1º ao 5º anos. Para atingir tal propósito, procurou-se delinear objetivos específicos, como: investigar os aspectos históricos, políticos e sociais que levaram o Estado de Goiás a criar as atuais Matrizes Curriculares; analisar os conceitos de alfabetização e letramento em relação aos aspectos que os aproximam e/ou os afastam; identificar a concepção e dimensão de letramento explícito e implícito nas Matrizes Curriculares; analisar a ênfase dada à diversidade textual, em especial à literatura, nas referidas Matrizes; compreender as implicações da mudança curricular no trabalho docente. Esta pesquisa fundamenta-se na concepção de letramento como processo sócio-histórico das práticas de leitura e escrita conforme Soares, Tfouni, Ribeiro e Mortatti. Os propósitos da presente pesquisa se adaptam ao método materialista-histórico-dialético, e a Análise de Conteúdo, como procedimento, possibilitou identificar as concepções implícitas de letramento e educação. O *corpus* documental da pesquisa são as Matrizes Curriculares elaboradas e repassadas às escolas públicas goianas no período de 2002 a 2010. O trabalho não se deteve no acompanhamento da efetivação de tal proposta na escola. A ênfase foi na Matriz Curricular – o documento – e no professor a quem se destina. Sabemos que a linguagem não é neutra, os textos e suas respectivas práticas discursivas também não o são; assim, o letramento que delas subjaz da mesma forma não o é.

Letramento, nesta perspectiva, é visto como instrumento de poder, individual ou social. As Matrizes estão alicerçadas no *aprender a aprender*, na concepção neoconstrutivista e neoliberal. Na proposta da Matriz Curricular, o professor é visto como um condutor, para que os alunos ampliem ou desenvolvam habilidades e competências previstas, e, posteriormente, se submetam às avaliações externas para quantificar a aprendizagem e produtividade dos alunos e também do professor. Os alunos são vistos de forma homogênea, em relação ao processo ensino-aprendizagem, e são feitas cobranças iguais para os desiguais, tanto no que se refere às condições socioeconômicas quanto ao letramento propriamente dito. O presente trabalho está dividido em três capítulos, com subdivisões, nos quais são discutidas as políticas educacionais da Seduc, os conceitos de letramento, sua função social e a noção de poder implícita na proposta curricular. A análise apresentada busca manter um diálogo constante com o professor e os desafios da prática docente perante as novas matrizes, com base na concepção crítica de educação apontada por Freire, Saviani e Duarte.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento. Ensino Fundamental. Matriz Curricular.



TÍTULO: CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO EM GOIÁS: HISTORICIDADE, MOVIMENTOS E POSSIBILIDADES

AUTOR: Edson Ferreira Alves

ORIENTADORA: Dra. Miriam Fábria Alves

DEFENDIDA EM: 24/06/2011

RESUMO: Este trabalho, vinculado à linha de pesquisa *Estado e Políticas Educacionais*, do PPGE FE-UFG, constitui-se num estudo de caso múltiplo via abordagem qualitativa, que tem como objeto os Conselhos Municipais de Educação (CMEs) dos municípios de Anicuns, Nazário, Santa Bárbara de Goiás e São Luís de Montes Belos, localizados na Microrregião de Anicuns, interior do estado de Goiás. A pesquisa percorre o recorte temporal de 1997 a 2010. Objetiva, a partir das categorias gerais historicidade, movimentos e possibilidades, apresentar, analisar e provocar reflexões sobre a criação, funcionamento e institucionalização de tais colegiados na perspectiva de que se configuram, segundo os preceitos da Constituição Federal de 1988, como órgãos de Estado. Especificamente, objetiva (1) conhecer a história da instituição dos CMEs dos municípios-campo destacando a composição, organização, funções, atribuições e formas/condições de funcionamento; (2) identificar e estabelecer elos quanto à história, estrutura e funcionamento dos CMEs dos municípios-campo, levantando particularidades e semelhanças; e (3) propiciar reflexões quanto ao funcionamento do colegiado enquanto espaço público de debates e confronto de interesses entre sociedade civil e sociedade política. Justifica-se a pesquisa pela ampliação do número de municípios que criam seus conselhos, o que conduz à necessidade de investigar como tais aparelhos têm atuado diante das relações, conflitos, interesses e consensos

na definição das políticas educacionais locais pelo Estado, sociedade civil e sociedade política. Para a apreensão e análise do objeto, o trabalho compreendeu as etapas de (1) revisão bibliográfica e pesquisa documental: nacional, estadual e local (leis, normas, regimentos, perfil dos municípios-campo, perfil dos conselhos, etc.); (2) pesquisa de campo: questionários e entrevistas semiestruturadas; e (3) pesquisa de referencial teórico, processamento, análise e síntese. A análise aponta para a criação dos colegiados, inicialmente por estímulo da LDBEN n.º 9.394/1996, seguida pelo Fundef/1996 e pela Lei Estadual n.º 13.609/2000, que condicionou, entre outras exigências, a partilha dos recursos do Salário-Educação aos municípios que tivessem CMEs em funcionamento. A atuação dos conselhos em tela configura-se como órgãos de governo, prevalecendo práticas cartoriais e do contencioso educacional. Como dificuldades, aponta os limites da democracia representativa na relação entre conselheiros e segmentos; os limites da participação que se manifesta ora restrita, ora funcional, ora tutelada; indica a falta de autonomia política e financeira dos colegiados; a supervalorização da capacitação a priori do sujeito como requisito para ser bom conselheiro municipal de educação; contradições entre as funções legais e as funções exercidas de fato pelos CMEs; e a não criação dos Sistemas Municipais de Ensino (Nazário, Santa Bárbara de Goiás). Como possibilidades, a pesquisa apontou a existência do CME no município como abertura de um espaço de participação social plural; a valorização da formação dos conselheiros pela participação (ampliação dos conhecimentos da sociedade civil, mesmo que num dado momento seja restrita, funcional ou tutelada); a compreensão e atuação técnico-pedagógica dos gestores educacionais; maior divulgação das políticas educacionais e de seus resultados; a criação do SME (Anicuns e São Luís de Montes Belos).

PALAVRAS-CHAVE: Conselho Municipal de Educação. Goiás. Município. Política educacional. Participação.



TÍTULO: TRABALHO E SAÚDE DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

AUTORA: Kamylla Pereira Borges

ORIENTADORA: Dra. Angela Cristina Belém Mascarenhas

DEFENDIDA EM: 09/08/2011

RESUMO: Este estudo está vinculado à linha de pesquisa *Educação, Trabalho e Movimentos Sociais* do PPGE FE-UFG. E tem como objeto de pesquisa a saúde dos trabalhadores da educação, visando investigar como se dá a relação entre o trabalho docente e a saúde dos professores, na atual conjuntura de precarização e alienação do trabalho. A saúde é aqui compreendida como uma construção histórica e social, permeada pelas contradições entre capital e trabalho. A pesquisa de campo foi realizada em duas instituições públicas da cidade de Jaraguá-Go, uma da rede estadual e outra da rede municipal de ensino e articulou o levantamento de dados empíricos por

meio de questionários, entrevista semi-estruturada, observações do cotidiano das instituições e análise de documentos. Esses dados foram analisados à luz dos princípios do materialismo histórico-dialético, fundamentados principalmente em Marx, Mészáros, Mascarenhas, Frigotto, Saviani e Paro, buscando articular o objeto de pesquisa e seus múltiplos determinantes históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Ao analisar estes dados de acordo com os referenciais teóricos adotados, fica claro que a superação dos limites existentes para que os docentes possam conquistar melhores condições de trabalho, contribuindo assim para melhora de sua saúde, passa pela constituição de uma identidade política, capaz de desvendar os processos de alienação do modo de produção capitalista. Ou seja, passa pela compreensão de que o trabalho é fundante da própria humanização dos indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Trabalhadores. Saúde. Educação.



TÍTULO: IMPLICAÇÕES DO CAMPO DA PSICANÁLISE PARA A PRÁTICA EDUCATIVA NO COTIDIANO ESCOLAR

AUTOR: Lindalva Pessoni Santos

ORIENTADOR: Dr. Cristóvão Giovani Burgarelli

DEFENDIDA EM: 19/08/2011

RESUMO: Esta dissertação, eminentemente bibliográfica, é um dos resultados do projeto de pesquisa *Em torno da letra: leitura, escrita e transmissão*, situada na linha de pesquisa *Fundamentos dos Processos Educativos*, do PPGE FE-UFG. Ela propõe uma discussão a respeito das implicações do campo da psicanálise para a prática educativa no cotidiano escolar. Para encaminhar tal discussão foram escolhidos autores da área da pedagogia, da didática e da psicanálise, visto que, por um lado, os fundamentos que norteiam a prática educativa advêm, principalmente, das investigações desenvolvidas por esses dois primeiros campos do conhecimento; por outro lado, a utilização dos aportes da psicanálise, provenientes dos estudos de Freud e Lacan, não de caráter imperativo, mas interpelativo, apresenta-se de forma interrogativa, e não conclusiva, a partir dos impasses vivenciados no campo educativo. Para tal discussão, partiu-se da sistematização da prática educativa delineada, no século XVII, pelo educador Jan Amós Comenius, criador de um tratado conhecido como *Tratado universal de ensinar tudo a todos*, que trazia em seu bojo a promessa de uma forma de ensinar em que fosse impossível não aprender. Desde então, muitos outros “tratados” foram elaborados; no entanto, constata-se que, mesmo com todo o aparato teórico, os impasses em relação a como educar, como ensinar, como aprender permanecem em muitos aspectos irreduzíveis. Isso tem gerado sempre novas expectativas de avanços que possam vir dos teóricos da educação que se debruçam em investigar essa trama, principalmente quando elaboram ou reelaboram, com base nos estudos clássicos sobre a educação, as noções de objeto, de conhecimento e de sujeito. O que se busca refletir é que a

prática educativa, além das questões conscientes, dizíveis, decifráveis, comunicáveis, comporta um avesso, uma dimensão inconsciente, irreduzível, indecifrável, que, por mais que seja ignorada, não arreda o pé e, sem cerimônia, subverte o sentido formal e universal em que ela se edifica. A psicanálise, ao se reportar à pedagogia e à didática, convoca esses campos a levarem em consideração a tensão entre o impossível e o necessário da educação e, dessa forma, a prestarem atenção, cada vez mais, em suas pesquisas e proposições, ao singular que pode emergir no interior da prática educativa, tanto no seio familiar quanto no cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Prática educativa. Pedagogia. Didática. Psicanálise.